



Nro. 33
JULIO – DICIEMBRE
2025
e-ISSN 2451-5965
Recibido: 17/07/2024
Aceptado: 11/04/2025
Pp.1 - 31

doi.org/10.48162/rev.48.104

Frentes Parlamentares, perfis de lideranças e controvérsias políticas em torno da Amazônia e de questões ambientais nos governos Bolsonaro e Lula

Frentes Parlamentarias, perfiles de liderazgo y controversias políticas en torno a la Amazonía y las cuestiones ambientales en los gobiernos de Bolsonaro y Lula

Parliamentary caucuses, Leadership Profiles, and Political Controversies Surrounding the Amazon and Environmental Issues in the Bolsonaro and Lula Governments.

Igor Gastal Grill

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC)
Brasil
igor.grill@ufma.br

Eliana Tavares dos Reis

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC)
Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC)
Brasil
eliana1reis@terra.com.br

Resumo

Neste artigo, examinamos intervenções em controvérsias públicas acerca da Amazônia e de questões ambientais de dirigentes políticos ligados a Frentes Parlamentares, no Brasil. A reflexão se concentra em períodos que abrangem o governo de Jair Bolsonaro e de Luiz Inácio Lula da Silva, e correlaciona os perfis dos agentes com suas tomadas de posição. As principais informações examinadas foram coletadas nos sites da Câmara dos Deputados, em atas de constituição e estatutos das FPS e em posicionamentos sobre Projetos de Lei/Medidas Provisórias divulgados páginas de internet mantidos pelas entidades e por veículos midiáticos. Esses procedimentos nos oportunizaram não somente localizar clivagens entre polos políticos antagônicos, como também perceber tensões menos repercutidas de atração entre rivais e de repulsão entre aliados.

Palavras-chave: *Controvérsias públicas. Representação de interesses. Amazônia. Questões ambientais. Brasil.*

Resumen

En este artículo, examinamos intervenciones en controversias públicas relacionadas con la Amazonía y cuestiones ambientales de líderes políticos vinculados a Frentes Parlamentarias en Brasil. La reflexión se centra en los períodos que abarcan los gobiernos de Jair Bolsonaro y Luiz Inácio Lula da Silva, y correlaciona los perfiles de los agentes con sus posturas. Las informaciones principales examinadas fueron recopiladas en los sitios web de la Cámara de Diputados, en actas de constitución y estatutos de Frentes Parlamentarias, y en posiciones sobre Proyectos de Ley/Medidas Provisionales disponibles en páginas web de las entidades y medios de comunicación. Estos procedimientos nos permitieron no solo localizar clivajes entre polos políticos antagónicos, sino también percibir tensiones menos difundidas, de atracción entre rivales y de repulsión entre aliados.

Palabras clave: *Controversias públicas. Representación de intereses. Amazonía. Cuestiones ambientales. Brasil.*

Abstract

This paper explores some interventions on public controversies regarding the Amazon Forest and other environmental issues by political leaders connected to Brazilian parliamentary caucuses. It covers Jair Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva's administrations and traces an analysis of the profile of the Agents to the positions they held. The main sources for this paper were the Brazilian Parliament website, constitutional minutes, parliamentary caucuses bylaws and opinions on Law projects and visionary acts available online on the official parties' websites and news media. These procedures made possible to point out convergencies between antagonistic political poles as well as perceiving less mentioned attraction between rivals and repulsion between allies.

Keywords: *Public controversies. Interest representation. Amazon. Environmental issues. Brazil.*

Introdução

Os *problemas públicos*, no duplo sentido (afirmados no espaço do debate público e no âmbito do poder público-estatal), são tributários do envolvimento de uma gama de agentes (individuais e coletivos) que, em dadas circunstâncias (situadas no tempo e no espaço), mobilizam-se e mobilizam seus recursos (competências, notabilidades, inscrições em meios econômicos, políticos e midiáticos, organizações sobre as quais têm influência e redes de apoios). Esses *empreendedores de causas* (Offerlé, 1998) participam de batalhas simbólicas acionando representações sobre a vida social enraizadas no imaginário coletivo, meios consolidados/difundidos de interpretação da realidade (instrumentos, técnicas, medidas e classificações em voga) e interpelações emotivas e afetivas (mobilização de imagens e narrativas, que enfatizam “riscos” e “perdas” em jogo). Incentivam, assim, determinadas “questões” como problemas sociais e políticos, bem como estabelecem coalizões (mais ou menos efêmeras) em torno delas (Neveu, 2015).

Os dois últimos governos eleitos no Brasil foram, como nunca, alvos/incitadores de acaloradas controvérsias sobre a condução de suas apostas em certas políticas públicas. Os contrastes nos vieses ideológicos presentes em temas que vão desde a orientação das políticas econômicas até a administração da educação ou da saúde, incluindo a condução de políticas para a segurança pública, previdência, direitos trabalhistas, entre outras, revelam concepções opostas de “Estado”, “democracia” e “cidadania”.

Os debates sobre “superávit fiscal”, “controle de gastos públicos”, “financiamento das universidades”, “recursos para a ciência”, “sistema único de saúde”, “aposentadorias”, “flexibilização da legislação trabalhista”, “porte de armas”, “maioridade penal”, “políticas de direitos humanos”, entre outros, remontam ao início do processo de redemocratização do país. E, nas últimas décadas, renovaram-se na concorrência entre “tucanos” e “petistas”, isto é, foram proeminentes no período das presidências de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social-Democracia Brasileira/ PSDB (1995-2002), de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores/PT (2003-2016), e mesmo de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro/MDB (2016-2018). Assim como foram retumbantes as polêmicas sobre as qualificações, orientações, inserções e linhas de ação dos ministros escolhidos para ocuparem ministérios responsáveis por essas agendas.

Observamos que, naquele quartel, foram pouco recorrentes os embates entre profissionais da política (nos partidos e parlamentos) acerca das problemáticas ambientais em geral ou referentes à Amazônia em particular, convergindo com a fraca politização dos mesmos assuntos em canais midiáticos. Porém, desde 2018, notamos o crescimento exponencial das contendas em torno do “desmatamento”, “queimadas”, “mineração”, “demarcação de terras indígenas”, “licenciamento ambiental”, “código florestal”, “sustentabilidade”, entre outros. Elas envolveram ministro e ministra empossados no Ministério do Meio Ambiente, contraditados sobre suas

motivações e os possíveis impactos das suas ações, não somente ao meio ambiente, mas especialmente à imagem do país no exterior e aos reflexos nas relações internacionais. É claro, isso está relacionado à afirmação global, nas últimas décadas, de um sentido de urgência das intercessões direcionadas às “questões ambientais”. Progressivamente, efeitos lesivos da própria ação humana são verificados e inquietações sobre a sobrevivência humana são alardeadas, provocando deslocamentos nos eixos das preocupações públicas para além da ação de ativistas com certos perfis sociais e de militância, alcançando políticas de estados e líderes de potências mundiais.

De um ponto de vista mais discursivo, reconstituímos, em discussão anterior, alguns dos choques desencadeados pela situação das “queimadas” e do “desmatamento” na Amazônia brasileira, aguçados desde a posse do candidato vitorioso no segundo turno da eleição presidencial de 2018 (Grill e Reis, 2021). Na ocasião, debruçamo-nos sobre a configuração tramada e o léxico de categorias agilizado¹ nas dissensões visibilizadas em domínios políticos e midiáticos, que enlaçaram opositores – no mínimo receosos sobre os danos, principalmente em termos de “destruição” e “devastação” da “região” –, e governistas – dispostos a patrocinar, reverberar e justificar as diligências seguidas. Os pronunciamentos feitos e as medidas adotadas pelo governo à época foram classificadas de “retrocessos” por agentes (auto) designados como “ambientalistas”, e favoreceram a polarização entre governistas e oposicionistas, cujos argumentos utilizados, nos golpes e contragolpes trocados, delinearam uma *conjuntura fluída*² de apropriações. E salientamos que, entre tantos agentes individuais/coletivos e tomadas de posição assumidas nos contenciosos, não deveria ser negligenciada a ingerência de políticos ligados a Frentes Parlamentares localizadas nos dois polos dos conflitos.

Nessa esteira, desde então mapeamos as articulações e caracterizamos os perfis de profissionais da política pertencentes, de um lado, a Frentes Parlamentares (FPs) ligadas à defesa do “agronegócio”, da “regularização fundiária”, da “mineração e das hidrelétricas”, com protagonismo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). E, de outro lado, a FPs que defendem “causas ambientais”, “povos indígenas”, “comunidades quilombolas”, etc., muitos deles abrigados no Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia (FNADA), com relevo da Frente Parlamentar Ambientalista (FPAMB). Buscamos avançar cotejando as tensões políticas deflagradas no governo precedente (2019-2022) com aquelas afloradas desde a posse da nova gestão do país (2023), e enfocando os posicionamentos de

¹ Ver o levantamento, os procedimentos analíticos propostos e os resultados a que Almeida e Sprandelli (2014) chegaram a partir dos termos ou palavras indexadas nas proposições existentes no Congresso Nacional no intervalo de um ano (julho de 2013-julho de 2014), como “Amazônia Legal”, “queimadas”, “cadastro ambiental”, “cadastro rural”, “desenvolvimento sustentável”, “redução de emissões”, “degradação”, “conservação”, “carbono” e “preservação”, “grilagem”, entre outras.

² Expressão utilizada por Dobry (2014) para definir circunstâncias de *crise política*, nas quais ocorrem desestruturações das relações, de modo que os golpes e táticas acionados pelos protagonistas das lutas, bem como os objetos de disputa, são definidos nas próprias dinâmicas de confrontação. E isso pode alterar não apenas as capacidades de antecipação/racionalização das jogadas, como os próprios valores atribuídos, os recursos mobilizados e, consequentemente, a distribuição das chances de sucesso ou fracasso. Para uma adaptação da análise de Dobry às *dinâmicas órfãs*, no sentido dado por Badie e Hermet (1993), ver Reis (2015).

parlamentares empenhados, a partir desses domínios, nas citadas questões fulcrais do debate sobre a Amazônia e o meio ambiente.

Como mencionamos, esta reflexão segue os esforços de análise dos enfrentamentos entre porta-vozes de frentes parlamentares afinados, *grosso modo*, às lideranças de Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva. As estratégias metodológicas aplicadas objetivaram, pois, reconstituir os cenários de lutas privilegiando argumentos e táticas de protagonistas atuantes nos dois últimos governos brasileiros. Inicialmente, arrolamos agentes (parlamentares e ocupantes de cargos do primeiro escalão nos governos federais), que tiveram intensa participação nas disputas e que constam nas nominatas de dirigentes de FPs voltadas às questões ambientais.

Para um primeiro tratamento sociográfico, coletamos informações sobre as FPs (objetivos e listagem de dirigentes constantes nas suas atas de formalização) e sobre os parlamentares (última filiação partidária, direção de FPs, área de atuação profissional e de formação superior) nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os dados biográficos sobre os indivíduos, disponíveis naquelas plataformas e complementados com o acesso a outras fontes, foram sistematizados em planilhas de Excel. Esse procedimento possibilitou comparar os perfis dos dirigentes das FPs (sobretudo no que concernente às filiações e áreas de atuação profissional e de formação superior), qualificáveis como mais à direita ou mais à esquerda do espectro ideológico.

Na sequência, recortamos uma coleção de 20 deputados federais eleitos para as duas últimas legislaturas (2019-2022, e 2023-2026), que ocuparam cargos de direção em, pelo menos, duas FPs, e vocalizaram as principais posturas defendidas. Adotamos como critérios de exclusão dos demais: agentes que não concorreram ou renovaram seus mandatos; que saíram de cena por motivos variados; ou parlamentares que atuaram em apenas uma Frente. Ao mesmo tempo, elaboramos uma lista de entidades que se mantiveram ativas nos dois interregnos temporais abrangidos, e para as quais foi possível discernir as lideranças com destaque nos debates públicos em andamento nos últimos seis anos. Grifa-se também que não abarcamos FPs que funcionaram durante apenas um dos dois quadriênios em pauta e que não apresentaram a relação dos seus dirigentes.

Com essa circunscrição foi possível, por um lado, examinar mais detidamente as propriedades sociais dos agentes, os investimentos feitos, os trunfos acumulados e as carreiras (individuais e coletivas) seguidas. E, por outro lado, submeter os casos aos softwares Ucinet e Netdraw para construir o mapa das redes de conexões conforme as inserções partidárias e em FPs, bem como por áreas de atuação/formação. Portanto, esse expediente projetou graficamente as afinidades que aproximam e distanciam os porta-vozes, relativamente aos seus pertencimentos partidários (siglas), FPS e características sociais.

Conjuga-se a isso que, sempre que supomos relevante uma maior precisão qualitativa, perfilamos os principais personagens (presidentes da República, ministros de meio ambiente e responsáveis por outras instâncias governamentais ligadas à área ambiental). Nesse sentido, acionamos,

sincronicamente, o repertório de avaliações positivas e negativas lançadas sobre eles em meios midiáticos variados e indicados ao longo do artigo. E, desta maneira, não somente nos preocupamos em retratá-los como igualmente em detectar os atributos e contributos compatíveis com os esquemas de classificação que presidem os (des) alinhamentos nos domínios políticos do país.

Seguindo Coradini (2010), nosso propósito foi, então, investigar as FPs como lugares que agrupam parlamentares e formam opiniões, explorando os perfis coletivos e individuais correlativamente às tomadas de posição de lideranças das entidades, expressas em seus sites institucionais e em veículos de mídia. Atentamos, particularmente, às apreciações professadas por governos ou dirigidas a eles (presidentes da República e ministros do meio ambiente), e a Projetos de Lei (PLs)/Medidas Provisórias (MPs), que tramitaram no Congresso Nacional entre 2019 e 2024.

Sustentamos que esse universo é digno da atenção de cientistas sociais não apenas por sua relevância social, conjuntural e política, mas, também, por seu potencial explicativo do estado atual dos alinhamentos e realinhamentos nos domínios políticos. E por fornecerem, por conseguinte, uma riqueza de indícios à realização de uma *sociologia dos problemas públicos*. Uma vez que viabilizam a sinalização de cadeias de aliados-rivais responsáveis por: constatar situações problemáticas; demonstrar sua gravidade; justificar sua importância; popularizá-las junto ao grande público; e convencer governantes sobre as intervenções mais eficientes (Neveu, 2015).

Enfim, intentamos apreender, indistintamente, as *lógicas das lutas de classificação* em jogo e as bases sociais da autoridade dos porta-vozes de problemas sociais (Bourdieu, 2015). Para tanto, procuramos captar as *forças reticulares* (Elias, 1994) que aproximam e afastam agentes alocados nos domínios governamentais e legislativos, focalizando os perfis e as intervenções no debate público de parlamentares notabilizados como porta-vozes de FPs, que protagonizam os embates esboçados.

Governos, ministérios e ministros na berlinda

Tomando os dois últimos governos brasileiros, os posicionamentos dos representantes dos ministérios (sobretudo do meio ambiente) são reveladores dos arranjos políticos engendrados recentemente na condução de políticas ambientais no país. As reações em termos de justificações ou de críticas às indicações dos nomes para ocupar a pasta, bem como as respostas (negativas ou positivas) às proposições de políticas públicas, auxiliam na compreensão das alterações travadas por agentes pertencentes a distintas Frentes Parlamentares (FPs), em especial em torno de temas legiferantes.

Para fins de equalização, consideramos intervalos temporais idênticos para a análise: da eleição dos presidentes (Jair Bolsonaro ou Lula da Silva) até a metade do segundo ano de seus mandatos (2020 e 2024, respectivamente). Inicialmente, atinamos às repercussões e expectativas causadas pelas indicações do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (então no Partido Novo, hoje no Partido Liberal), e da ministra de Meio Ambiente e Mudança do

Clima Marina Silva (do partido Rede Sustentabilidade). Ao que conjugamos a análise de algumas das suas medidas e declarações (ou de assessores), que ressoaram entre parlamentares de sortidas matizes políticas-ideológicas.

Box 1 Notas biográficas de Ricardo Salles e Marina Silva

O advogado **Ricardo Salles**, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo (entre 2016 e 2017), foi anunciado como Ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro em 2018, após concorrer a deputado federal pelo Partido Novo, sem sucesso. A indicação teria contado com o apoio de “entidades ligadas ao setor produtivo, como o agronegócio, construção civil, comércio e indústria”, principalmente da Sociedade Rural Brasileira (da qual foi diretor), da União da Agroindústria Canavieira (UNICA) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (BOLSONARO... 2018). Nascido em São Paulo (1975), no perfil de uma rede profissional (Linkedin), ele se apresenta como: “Paulistano (...) [com uma] história na defesa da liberdade econômica e dos valores tradicionais, [que ocupou] cargos em diretorias, presidências e conselhos com a liderança do Movimento Endireita Brasil”. Foi Secretário Particular de Governo, do Estado de São Paulo (2013 – 2014); e Secretário de Meio Ambiente, também em Governo do Estado de São Paulo (2016 – 2017). Sobre sua passagem pela secretaria estadual de Meio Ambiente de São Paulo enfatiza que teria contrariado: “(...) o autoritarismo de baderneiros e os interesses da indústria ambientalista”. Ressalta ainda que suas bases ideológicas são: “redução do Estado e tolerância zero com a criminalidade e a permissividade”³. Atualmente é deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e faz oposição sistemática ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Marina Silva teria sido indicada para levar “seu prestígio nacional e internacional na área para o terceiro governo de Lula da Silva (PT), que prometeu zerar o desmatamento da Amazônia e dar um novo impulso à agenda climática”.⁴ Nascida no Acre (1958) em uma família de seringueiros e licenciada em História (Universidade Federal do Acre) é uma das parlamentares brasileiras mais conhecidas por sua origem na “região” e pela “defesa da Amazônia” e de causas que lhes são associadas. Vinculada ao líder seringueiro Chico Mendes, sua origem baixa e a inserção nas “lutas sociais” (via CEBs, sindicato rural, CUT e PT) e de “resistência contra o desmatamento”, foi vereadora, deputada estadual (1991-1994) e Senadora (1995-2002; 2008-2010). Deixou o PT em 2009, quando ocupava o Ministério do Meio Ambiente durante o governo Lula da Silva (2003-2008). Filiou-se ao Partido Verde (PV) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelos quais concorreu, sem êxito, à presidência da República. Ministrou aulas, criou (2015) o partido Rede Sustentabilidade, pelo qual disputou as eleições presidenciais, em 2018, novamente sem sucesso. Recebeu uma série de honrarias internacionais, principalmente de personalidades políticas e instituições/órgãos norte-americanos, consagrando sua representatividade entre seringueiros e índios e militância “ambientalista” ou “ecológica” junto à Amazônia⁵.)

Fonte: Elaboração própria com base nas páginas citadas.

³ <https://br.linkedin.com/in/ricardosalles>, acesso em 21 abril de 2020.

⁴ <https://www.jota.info/eleicoes/saiba-quem-sao-os-ministros-escolhidos-por-lula-02012023> acesso em 06 de dezembro de 2023.

⁵ <https://marinasilva.org.br/biografia/>, acesso em 22 de janeiro de 2021. O perfil de Marina Silva foi examinado, em outro artigo, como um dos casos exemplares de parlamentares oriundos da chamada Amazônia Legal, que se dedicaram à produção de bens simbólicos e se consagraram como representantes da “região” (Reis e Grill, 2025). A questão central, que tem acompanhado nossos esforços de pesquisas, diz respeito ao valor explicativo da análise das *justaposições entre domínios e lógicas políticas e culturais*. Sobre essa reflexão, ver Reis e Grill (2023), e Grill e Reis (2018).

As dissemelhanças entre os perfis sociais e políticos dos designados são consoantes com as características preponderantes no cenário desenhado, configurado por antagonismos fundamentais. O que se reflete em divisões consistentes nas percepções canalizadas ao “setor da agropecuária”, à autonomia ou vinculação com o ministério da agricultura; à força ou rigidez da fiscalização ambiental implementada pelos órgãos do ministério; aos impactos na imagem internacional da condução das políticas; e às vinculações consideradas comprometedoras dos ministros.

Mais precisamente, para um lado, convergem os parlamentares do lado governista durante a gestão bolsonarista, cujos perfis e juízos políticos tendem a se situar mais à direita. Eles entendem a atuação do governo e do ministro Salles como de: “boa relação com a agropecuária” (entendida como sinônimo de inexistência de “viés ideológico”); “maior agilidade” na condução das políticas; “garantia de segurança da propriedade”, entre outros. E, sobre as mesmas questões, quando passam a ocupar a condição de oposicionistas da gestão de Lula e da ministra Marina Silva, repreendem: a “perseguição à agropecuária” (sinônimo de “gestão ideológica”); o comprometimento da “imagem” / “reputação” do país quando não alavanca o “setor do agronegócio” no contexto internacional; e desaprovam a ministra por manter relações com Ongs.

Com sinal invertido, para o outro lado, defensores do governo Lula se somaram ao coro “ambientalista” para acusar a gestão “bolsonarista” pelo “desmonte” das políticas ambientais outrora conquistadas; por serem responsáveis pelo “retrocesso” e comprometimento da “imagem” / “reputação” do país no contexto internacional, mormente no que concerne ao desprezo em buscar meios de controle do desmatamento na Amazônia; denunciaram a ligação do ministro com “ruralistas”; e definiram o ministério do meio ambiente como “sucursal da agricultura” (referindo-se à pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conduzido pela agropecuarista Tereza Cristina⁶). E, quando galgaram a condição de governistas, acentuaram a importância do “fortalecimento dos órgãos do ministério” enfraquecidos no governo passado; a relevância da garantia de fiscalização e aplicação da legislação ambiental; a valorização do empenho do governo e das iniciativas do presidente Lula em retomar o “reconhecimento internacional” do país nessas questões, entre outras.

Todavia, os elementos de dissenso/coesão, que informam atrações e repulsões entre os atores envolvidos nas contendas, foram contrabalançados por discordâncias que atravessaram os próprios governos e suas “bases de sustentação” no Congresso. Debates prevalecentes nas conjunturas sucessivas, como aqueles em torno das “queimadas” e do “desmatamento”, no primeiro período, e sobre a “exploração de petróleo” na Amazônia, no segundo, trazem à superfície episódios de colisões entre comparsas e cumplicidades entre adversários.

⁶ Oriunda do Mato Grosso do Sul (1954), cursou Engenharia Agrônoma na Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais) e é empresária/agropecuarista. Ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, foi deputada federal (2015 e 2023) e, atualmente, é senadora (PP).

No trabalho anteriormente referido (Grill e Reis, 2021), recompomos detalhadamente as trocas dueladas sobre as “queimadas” e o “desmatamento”, avolumadas desde a publicização de dados/mapas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que atestariam o aumento da destruição da floresta amazônica (em 2021)⁷. Ao que se seguiu: a) a exoneração do seu diretor Ricardo Galvão (em maio do mesmo ano)⁸, com a alegação do então presidente de que ele estaria atendendo a “interesses de Ongs”; b) a criação da Força Nacional Ambiental e do Conselho da Amazônia (no início de 2020), coordenado pelo vice-presidente da República, general da reserva do exército brasileiro, Hamilton Mourão; c) culminando com as declarações de Salles, em reunião ministerial de abril de 2020, de que deveriam “aproveitar” o “momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa (porque só fala de COVID) e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” (REUNIÃO...2020) referentes à proteção ambiental.

Considerado pelos “ambientalistas” como “uma ameaça mundial ao meio ambiente”, Salles, com estímulos do presidente, foi apontado como responsável por iniciativas de “impacto em escala global”. Adensando a “crescente pressão em todo o mundo por sua demissão” e de “senadores do Partido Democrata dos Estados Unidos”, que chegaram a enviar “carta ao presidente Joe Biden, alertando que Bolsonaro e Salles abriram a porteira para o crime ambiental” (BdF, 2021)⁹. Entre outros movimentos que alarmaram o “setor agropecuarista” sobre as possíveis consequências do “desgaste” da “imagem” e do “valor” dos seus produtos no mercado internacional.

Desta maneira, a associação com o “desmatamento ilegal”, com a “falta de compromisso” com a “sustentabilidade” e com a “preservação da Amazônia”, acabou redundando em advertências de governantes e de grandes instituições econômicas internacionais sobre como os interesses do “setor” poderiam ser afetados. De modo que os até ali parceiros, aos poucos se distanciaram da pauta do ministro do Meio Ambiente, incluindo-se aí afastamentos e censuras vindos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (a exemplo da própria ministra) e de dirigentes aglutinados na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – um dos pilares das políticas governamentais naquele momento –, como o seu presidente, o deputado do MDB/RS, Alceu Moreira.

No governo de Lula, o impasse sobre a exploração de Petróleo na Foz do Amazonas tem provocado, igualmente, desacordos entre

⁷ Nesse período, um dos debates recorrentes foi sobre a desqualificação da “ciência” por parte dos “bolsonaristas”.

⁸ No governo Lula, Galvão (professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo) ocupa a posição de presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Formado em engenharia de Telecomunicações (Universidade Federal Fluminense), com mestrado em Engenharia Elétrica (Universidade Estadual de Campinas) e doutorado em Física de Plasmas (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), atualmente é reconhecido como um “defensor da ciência” e foi listado pela “renomada revista científica Nature” como uma das “10 pessoas que mais se destacaram na área da ciência em 2019” (<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/12/17/ricardo-galvao-ex-diretor-do-inpe-e-greta-thunberg-estao-na-lista-das-10-pessoas-que-mais-se-destacaram-da-nature.ghtml>, Acesso em 11 de agosto de 2024).

⁹ Ver matéria completa em <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/por-que-o-ex-ministro-ricardo-salles-era-considerado-ameaca-mundial-ao-meio-ambiente>, Acesso em 12 de agosto de 2024.

companheiros/apoiadores, nomeadamente entre porta-vozes do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima e os dirigentes alocados no Ministério das Minas e Energia (que comporta a Petrobrás na sua estrutura). Os primeiros, advogam a favor do laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que negou a licença para a Petrobras iniciar perfurações na “região”. Marina Silva sustentou que iria: “repetir à exaustão: o Ibama não facilita e nem dificulta, e o Ministério do Meio Ambiente respeita, do ponto de vista técnico, aquilo que são os procedimentos devidamente instruídos com base na boa gestão pública”¹⁰. A ministra e o presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho (PSB e ex-coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista) chegaram a ser sabatinados sobre o tema em audiências e reuniões no legislativo, e receberam reprovações de deputados e senadores de várias siglas (“oposicionistas” e “governistas”). O mesmo documento foi questionado pelos representantes do Ministério de Minas e Energia, em benefício do início da exploração e com o apoio do presidente Lula. O ministro Alexandre Silveira (PSD/MG)¹¹ declarou ser essa a “posição majoritária do governo”, qual seja, a de conceder o “licenciamento ambiental do Ibama” para a Petrobrás e “iniciar as operações na chamada Margem Equatorial” (Lima, 2024)¹².

Em síntese, há temáticas que ocasionam intercruzamentos, que perpassam unidades, coesões ou apartações aparentes, fazendo emergir alianças inusitadas e exigindo relativizar rivalidades nada absolutas, ao menos no terreno das tensões e das decisões políticas com certos fins, notadamente econômicos. É importante frisar que estamos tratando de movimentos quando eles são desenredados na esfera pública, principalmente quando são repercutidos em canais de massa e digitais de sustentação ou de detração. Ou seja, quando as alegações são lançadas em meios de explicitação da opinião e prosperam em ressonâncias nas principais instâncias de julgamento dos governos e dos parlamentares estremecidos. É válido ponderar que conflitos desse tipo podem se desdobrar em diferentes níveis e em condições díspares, não obrigatoriamente excludentes: por oposições ferrenhas a governos suscetíveis; em situações críticas, que favorecem conciliações transitivas com vistas a confrontar opositores comuns; em torno de problemáticas, que se apresentam como controversas porque exigem e expõe interesses contrários, dificilmente negociados (não apenas econômicos, mas de múltiplos tipos, incluindo identitários, valorativos, imagéticos, etc.).

Realçamos, pois, afinidades (mais ou menos fugazes) não tão visíveis. Como aquelas estabelecidas, no primeiro período, “em nome da ciência” e da “preservação da Amazônia”, entre parlamentares “ambientalistas” (a maior

¹⁰ Matéria publicada em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/marina-silva-diz-que-parecer-do-ibama-sobre-foz-do-amazonas-e-tecnico>, Acesso em 12 de agosto de 2024.

¹¹ Formado em direito (Faculdade de Sete Lagoas/MG), técnico em contabilidade e ex-delegado da Polícia Civil, Silveira foi, por duas legislaturas, deputado federal (PPS) e coordenou a campanha no segundo turno de Lula em Minas Gerais (<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-alexandre-silveira-escolhido-por-lula-como-novo-ministro-de-minas-e-energia/>), Acesso em 12 de agosto de 2024).

¹² Ver matéria completa de Bernardo Lima (19/06/2024), em <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/19/ministro-de-minas-e-energia-defende-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-e-a-visao-majoritaria-no-governo.ghtml>, Acesso em 12 de agosto de 2024.

parte localizada em siglas associadas a posicionamentos de esquerda); acadêmicos; intérpretes dos problemas ambientais na grande mídia; grandes corporações econômicas; e líderes de potências imperialistas (alguns alocados à direita do espectro político de seus países). E aquelas afirmadas, no segundo governo, entre parlamentares tanto de partidos considerados de esquerda como de direita, com lideranças situadas no entorno governamental e nos domínios econômicos, antevendo ganhos da exploração do Petróleo em termos de crescimento econômico e criação de empregos. E, para tanto, afinam seus discursos para rebater apreciações que, até então, eles próprios vinham fortalecendo. Em especial, no que tange à inclusão dos parâmetros dominantes globais de “desenvolvimento sustentável” na equação das suas políticas.

Frentes Parlamentares e deputados com protagonismo nos contenciosos

É inegável a carência de estudos sociológicos que considerem as Frentes Parlamentares (FPs) como domínios de atuação e de representação de interesses na política brasileira, como registraram alguns/mas autores/as (Coradini, 2010; Grill e Reis, 2021; Carvalho, 2022). Além de uma produção escassa, elas são majoritariamente abordadas de forma normativa e/ou monográfica. Quer dizer, grande parte das investigações disponíveis prioriza avaliar a eficácia das entidades no processo decisório¹³ e discutir o significado das FPs para a democracia¹⁴. E, não raro, as elaborações existentes se restringem àquelas com maior proeminência na chamada “grande mídia”, geralmente alvo de estudos de específicos¹⁵. Esse é o caso da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que é objeto privilegiado de trabalhos nas últimas décadas¹⁶ e, de fato, ocupa posição central nos litígios.

Entretanto, menos frequentes são as análises que posicionam esses agentes coletivos como parte integrante de um espaço formado por outras FPs com as quais comungam ou disputam a defesa de “causas”. Acreditamos que muitos dos movimentos orquestrados a partir da FPA é interdependente daqueles conduzidos por frentes que abrigam “ambientalistas” e com as quais competem pela interpretação e leitura dos debates ambientais, e vice-versa. E menos comum ainda são os estudos que objetivam os traços sociais dos

¹³ Buscando investigar a sua relevância à construção de coalizões no Congresso Nacional, Cascione e Araújo (2019) propõem como critérios o tamanho e o grau de institucionalização das FPs. Enquanto Araújo (2020), ao estudar a reação da Frente Ambientalista no Congresso às políticas do atual governo, privilegiou os processos decisórios (atividades legiferantes, de fiscalização e de intervenção no orçamento).

¹⁴ Uma tendência identificada por Coradini (2010) há mais de 10 anos foi a oposição entre a persistente associação das FPs com o “corporativismo” (no sentido comum e depreciativo) em oposição às atividades políticas partidárias e ligadas à chamada “sociedade civil” (consideradas positivas ao funcionamento da democracia).

¹⁵ Carvalho (2022) realizou um levantamento recente e bastante amplo apontando que quase 2/3 dos trabalhos são monográficos e 81% dos trabalhos existentes, sobre o mesmo universo, restringem-se às FPs em defesa da Agropecuária ou “bancada ruralista”, evangélica ou “bancada evangélica” e da Segurança Pública ou “bancada da bala”, consideradas a “tríade midiática”.

¹⁶ Ver Bruno (2021, 2017); Pompeia (2023, 2020); Silva Lima (2018), entre outros.

porta-vozes dessas entidades, cotejando-as com base nas propriedades dos dirigentes.

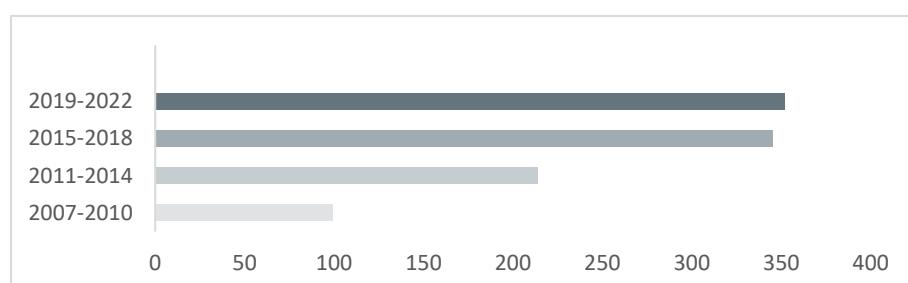
Adicionamos à pretensão de recuperar as dimensões supracitadas, a pertinência operativa da noção de *grupos de interesse*, que nos convida a incorporar o prisma construtivista e a nos compenetrar no trabalho de produção/legitimização de grupos e de seus interesses (Offerlé, 1998). Bem como prevê tratar coletivos desse tipo, simultaneamente, como resultantes dos investimentos de agentes socialmente condicionados, instituídos por categorias de luta e repertórios de intervenção consolidados, e submetidos a dinâmicas de emergência, reprodução e significação de problemas sociais (marcadas por altos níveis de plasticidade e multidimensionalidade).

1. Características dos protagonistas em ação

Até determinado momento, a unificação de forças agrupadas em torno de certas temáticas, no âmbito do parlamento brasileiro, funcionou de maneira informal. A normatização mais contundente de regras à constituição de Frentes Parlamentares só aconteceu em 11 de novembro de 2005, desde o final da 52.^a legislatura (ato n.º 69 da mesa diretora, publicado no Diário da Câmara dos Deputados). Daí em diante, foram estipuladas as seguintes exigências ao funcionamento e ao reconhecimento de uma frente junto à “Casa Parlamentar”: 1) presença de, pelo menos, 1/3 de membros do poder legislativo federal; 2) requerimento de registro acompanhado de ata de fundação e estatuto da entidade; 3) nome da frente e responsável (representante). Atendendo a esses requisitos, elas são autorizadas a usar o espaço físico e os meios de comunicação (TV, Rádio, Jornal e página na Internet) da Câmara.

A primeira condição (em um Congresso Nacional formado por políticos/as eleitos por mais de duas dezenas de legendas) implica em necessariamente acionar apoios de próceres com perfis ideológicos discrepantes e pertencentes a siglas distantes umas das outras no espectro político-ideológico. A despeito dessa tentativa de regramento, o surgimento de novas FPs não arrefeceu nas legislaturas seguintes, pelo contrário, aumentou constantemente. Mas, claro, elas contam com níveis diferenciados de protagonismo nos debates contemporâneos e, as mais bem sucedidas, podem até

Gráfico 1: Crescimento das FPs (2007-2022) por legislaturas



Fonte: elaborado pelos autores

catapultar a projeção de temáticas e lideranças. O que pode ser um fator explicativo da expansão desses *domínios de representação e intermediação de interesses*, que têm atraído a adesão imperante dos profissionais da política brasileiros e vêm se tornando um trunfo distintivo junto aos pares e às clientelas políticas identificadas com setores, temas e pautas¹⁷.

Cumpre acrescentar que à cada legislatura é preciso uma nova formalização de cada FP. Sendo assim, algumas poucas têm sua existência renovada continuamente, outras muitas são efêmeras e algumas delas apresentam pequenas mudanças nos seus nomes entre uma legislatura e outra (possivelmente para se adaptarem às problemáticas conjunturais).

Tomando como principal material empírico as atas de constituição das entidades, mapeamos nomes dos dirigentes e signatários (com seus respectivos partidos), assim como examinamos os objetivos apresentados pelas entidades. Esse procedimento permitiu, por um lado, apurar que o cumprimento das formalidades necessárias à criação de uma FP com o respaldo de 1/3 dos parlamentares possivelmente é alcançado graças ao funcionamento de algum princípio de reciprocidade ou convenção tácita, que explica a disponibilidade dos agentes em, nessa fase de formação, não obstruírem a outorga dos projetos uns dos outros (mesmo que com concepções ou proponentes de bases discordantes). É praticamente impossível uma FP vingar sem assinaturas de apoio de um número considerável de parlamentares das grandes bancadas partidárias (PL, PT, MDB, UNIÃO, PP, MDB, PSD e Republicanos). E, por essa razão, a proporção da presença de determinadas siglas no parlamento¹⁸ exige que seus membros componham a lista de signatários, independentemente da posição ideológica.

Todavia, na prática, a diversidade de siglas que exibem os subscritores das propostas está longe de significar a aglutinação de uma pluralidade de orientações entre dirigentes. E, provavelmente, a viabilidade da submissão não ocorra antes do trabalho de *backstage* para definir a temática, testar a credibilidade do(s) proponente(s), fazer consultas e negociações prévias, etc. O ponto é que, conforme as ênfases de alguns dos objetivos registrados nos seus estatutos e a composição dos parlamentares dirigentes das entidades (aqueles que realmente participam das atividades e falam em seu nome), a despeito de uma multiplicidade aparente, há a predominância de lideranças pertencentes a siglas próximas aos mesmos circuitos, vieses e finalidades autoatribuídas.

E, por outro lado, ensejou chegar a uma coleção de FPs singularizadas por ter: registrado suas nominatas de dirigentes no ato de proposição da frente no Congresso Nacional; assumido temáticas centrais nos debates ambientais; e se sobressaído com pelo menos dois protagonistas nas altercações investigadas. Segundo nessas trilhas, parece-nos ainda estar em aberto a depreensão dos sentidos e dos conteúdos que fundamentam “iniciativas”, legitimam “causas” escudadas ou atacadas e evidenciam articulações mais ou menos insólitas em certas conjunturas.

¹⁷ Existem, inclusive, opiniões que aventam que as FPs estariam “substituindo” ou “concorrendo” com os partidos políticos. Mas não conhecemos nenhuma pesquisa sistemática testando essa hipótese.

¹⁸ ver anexo, para uma noção dos tamanhos das bancadas partidárias no parlamento brasileiro.

Os aspectos detectados admitem agrupar dois conjuntos de agentes (FPs e parlamentares) passíveis de serem ordenados por suas tendências de localização à direita, em um polo, e à esquerda, em outro polo, conforme ilustrado nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1: Filiações dos dirigentes e signatários (Grupo 1)

FRENTES	ANO FUND.	PRESIDENTE /PARTIDO	PARTIDOS DOS DIRIGENTES		DEPUTADOS SIGNATÁRIOS			
FP DA AGROPECUÁRIA	1995	Alceu Moreira/ MDB Sergio Souza/MDB Pedro Lupion/PP	PP PL MDB PSD UNIÃO PSDB Republicanos Solidariedade <i>DEM</i> PR PSL PRD PPS Avante Cidadania	(16) (15) (12) (10) (08) (04) (02) (02) (04) (02) (03) (01) (01) (01) (01) (01)	PL União PP PSD MDB Republicanos PSDB Solidariedade PDT PODE PSB PRD PT NOVO	(70) (45) (38) (30) (25) (28) (09) (02) (08) (07) (07) (04) (04) (04)	Avante Cidadania PV PCdoB	(03) (02) (02) (01)
FP MISTA DA MINERAÇÃO (SUSTENTÁVEL)	2011	Ricardo Izar/ PP Zé Silva/ Solidariedade	PP PSD PL MDB UNIÃO Solidariedade Republicanos Cidadania Avante PRD	(05) (04) (04) (02) (02) (02) (02) (01) (01) (01)	PL UNIÃO Republicanos MDB PSD PP PDT PODE PT PSDB	(32) (24) (20) (18) (17) (16) (10) (07) (07) (06)	PSB PRD Avante Solidariedade Cidadania NOVO PV PCdoB PSOL	(04) (04) (03) (03) (03) (02) (01) (01) (01)
FP EM DEFESA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL (NO BRASIL)	2015	Lucio Mosquini/ MDB	MDB Solidariedade PL DEM	(04) (02) (01) (01)	PL UNIÃO MDB PP Republicanos PSD PT PDT PSDB	(38) (28) (19) (14) (23) (13) (12) (08) (07)	PSB PODE PV Solidariedade PRD NOVO Avante Cidadania PSOL	(07) (05) (03) (03) (03) (01) (02) (02) (01)
FP MISTA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS SEDES DE USINAS HIDRELÉTRICAS E ALAGADOS	2015	Sergio Souza/MDB	MDB PSD PP PR	(02) (03) (03) (02)	PL PT Republicanos PP PSD MDB UNIÃO PSB PDT PSDB PODE	(35) (32) (30) (29) (26) (24) (21) (15) (11) (09) (09)	PRD Solidariedade PC do B Cidadania Avante NOVO PV PSOL	(06) (06) (04) (04) (03) (02) (02) (02)
FP MISTA PELA INOVAÇÃO NA BIOECONOMIA	2019	Paulo Ganime/ NOVO Evair Vieira de Melo/PP	PP Novo União Solidariedade PPS Cidadania PSB Avante Republicanos	(02) (02) (01) (01) (01) (02) (01) (01) (01)	PL Republicanos UNIÃO MDB PP PSD PSB PT PDT	(39) (25) (17) (16) (15) (11) (08) (07) (06)	PSDB PODE NOVO Solidariedade PRD Avante Cidadania PCdoB PV PSOL	(06) (04) (04) (03) (03) (03) (02) (02) (01)
FP MISTA EM DEFESA DAS CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS (CGHS) E DAS PEQUENAS CENTRAIS	2020	Pedro Lupion/ UNIÃO	PP UNIÃO PSD PODE PT	(03) (01) (01) (01) (01)	PT PSD PP PL Republicanos MDB UNIÃO PDT	(39) (28) (27) (22) (20) (13) (11) (08)	PRD Solidariedade PCdoB PSDB Cidadania Avante PV PSOL	(05) (05) (04) (03) (03) (02) (02) (02)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados

Quadro 2 FPs e filiações dos dirigentes (Grupo 2)

FRENTES PARLAMENTARES	ANO FUND.	PRESIDENTE /PARTIDO	PARTIDOS DOS DIRIGENTES		SIGNATÁRIOS			
AMBIENTALISTA	2003/ 2007	Alessandro Molon / PSB Rodrigo Agostinho/PSB Nilto Tatto/ PT	PSB PSOL PT REDE PV Cidadania PSD PP	(04) (04) (03) (01) (01) (01) (01) (02)	PT Republicanos PDT PSB PSOL UNIÃO PSD PP PCdo B	(62) (15) (12) (11) (13) (11) (10) (09) (06)	MDB PL Solidariedade PSDB PRD Cidadania Avante REDE PODE	(05) (04) (03) (03) (03) (02) (02) (01) (01)
PELO DESENV. DA AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA	2012	Leonardo Monteiro/PT Leonardo Monteiro/PT	PT PSB Cidadania	(10) (01) (01)	PT UNIÃO Republicanos MDB PSD PSOL PP PL PDT PSB	(60) (18) (16) (14) (11) (10) (10) (09) (07) (06)	PSDB PCdoB PRD Solidariedade Avante PODE Cidadania REDE PV Novo	(06) (05) (03) (02) (02) (01) (01) (01) (01)
EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	2015	Joenia Wapichana/ REDE Célia Xakriabá/ PSOL	PT PSOL REDE PSB PDT PSD	(08) (04) (04) (03) (01) (01)	PT Republicanos PDT PSB PSOL UNIÃO PSD PP PCdoB MDB	(53) (15) (15) (13) (13) (15) (10) (08) (07) (09)	PSDB Solidariedade Avante PV PRD PODE REDE Cidadania PL	(05) (04) (04) (03) (02) (02) (01) (01) (01)
DE APOIO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLV . SUSTENTÁVEIS DA ONU	2016	Nilto Tatto/PT Erika Kokay/PT	PT PSB PCdoB PDT	(05) (02) (01) (01)	PT Republicanos UNIÃO MDB PSD PSOL PP PL PDT	(61) (14) (11) (10) (11) (11) (11) (07) (09)	PSB PSDB PCdoB Solidariedade Avante PODE Cidadania REDE PV	(09) (08) (05) (01) (02) (05) (02) (01) (03)
EM DEFESA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	2019	Bira do Pindaré/PSB	PSB PSOL PT PDT	(04) (03) (01) (01)	PT Republicanos PSD PSB PP PL UNIÃO MDB PDT PSOL	(39) (22) (21) (20) (20) (18) (15) (12) (11) (08)	PODE PCdoB PSDB PRD Solidariedade Cidadania Avante PV	(07) (05) (05) (05) (04) (03) (03) (03)
EM DEFESA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COM PARTICIPAÇÃO POPULAR	2019	Aurea Carolina/ PSOL	PT PSOL PSB PDT PCdoB REDE	(06) (04) (02) (02) (02) (01)	PT PSD PL Republicanos PP PSB PDT UNIÃO MDB PODE PSOL	(40) (24) (19) (14) (15) (14) (13) (13) (10) (09) (07)	Solidariedade PCdoB PSDB PRD PV REDE NOVO Cidadania Avante	(07) (06) (05) (04) (03) (02) (02) (01) (01)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados

No universo aqui privilegiado, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), de um lado, e a Frente Parlamentar Ambientalista (FPAMB), de outro, assumiram relevo auxiliadas por outras, em uma lógica de alinhamento que corresponde a bases político-partidárias, ideológicas e sociais. Não é de estranhar essa espécie de divisão desigual do trabalho político verificada nos dois polos, tendo em conta os tempos de existência e meios coletivos e individuais acumulados pelas duas principais entidades, comparativamente às demais.

A FPA, em seu site¹⁹ (cuja manutenção é um dos indicadores de organização interna), ostenta um histórico no qual reivindica existir informalmente desde a Assembleia Constituinte (eleita em 1986), como Frente Ampla Ruralista, e defendendo os “interesses do setor”. Na sequência, em 1995, foi instituída como Frente Parlamentar da Agricultura; depois, em 2002, denominou-se Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária; e, em 2008, visando a regulamentação na Câmara dos Deputados, organizou-se como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O objetivo declarado foi: “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”, tendo como “prioridades” a “modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2024)²⁰.

Já a Frente Parlamentar Ambientalista (FPAMB), embora menos antiga, também possui um longo histórico e expressiva diversificação de atividades. Apesar de nos depararmos com o registro de uma frente homônima de 2003, a formalização da entidade ocorreu em 2007, conforme consta em seu site²¹, sob a coordenação na Câmara de Sarney Filho (Partido Verde/Maranhão) e Fernando Gabeira (Partido Verde/Rio de Janeiro). Dessa, são assinaladas as “medidas prioritárias que o Brasil deve adotar para combater os efeitos do aquecimento global” o “controle do desmatamento, o combate às queimadas e a recuperação de florestas degradadas” (Câmara dos Deputados, 2007)²².

¹⁹ <https://fpagropecuaria.org.br/>, acesso em 25 de agosto de 2024.

²⁰ <https://fpagropecuaria.org.br/>, acesso em 31 de agosto de 2024.

²¹ <https://www.frenteambientalista.com/>, acesso em 25 de agosto de 2024.

²² <https://www.camara.leg.br/noticias/95180-frente-parlamentar-quer-acoes-para-proteger-florestas/>, acesso em 31 de agosto de 2024.

Box 2 – Perfis de Sarney filho e Fernando Gabeira

Embora pertencentes ao mesmo partido (PV), os perfis dessas duas lideranças são significativamente dissemelhantes. O primeiro é um advogado, filho do ex-governador (pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido de sustentação ao Regime Militar) e ex-presidente da República (pelo MDB), José Sarney. Sarney Filho foi deputado estadual (pela Arena) e federal (pelo Partido da Frente Liberal – FPL – e pelo PV), além de ministro do meio ambiente no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O segundo é jornalista, foi um destacado líder da luta contra a ditadura (participando do sequestro de um embaixador para libertação de presos políticos), passou pelo exílio e se tornou um dos principais expoentes do “ambientalismo” no país desde o seu retorno ao Brasil. É um dos fundadores do PV, partido pelo qual concorreu à presidência em 1989, ao governo do estado do Rio de Janeiro e à prefeitura da capital deste estado. A aproximação entre eles é ilustrativa da afirmação progressiva e multifacetada da “causa ambiental” e de seu poder atração de políticos com diferentes perfis.

Fuente 1 elaborado pelos autores

Muitas das lideranças da FPA e da FPAMB colaboraram decisivamente na formação de novas FPs a elas alinhadas, que paulatinamente foram se multiplicando para representar questões mais específicas. Podemos sublinhar, próximas à FPA, as FPs: da Mineração (recentemente foi acrescentado o adjetivo “sustentável”); em Defesa de Hidrelétricas; em Defesa da Regularização Fundiária Rural (na última versão foi adicionado “no Brasil”); e a Frente Parlamentar Mista pela Inovação na Bioeconomia. E, próxima à FPAMB, as FPs: em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas; em Defesa das Comunidades Quilombolas; em Defesa dos Povos e das Comunidades Tradicionais com Participação Popular; Pelo Desenvolvimento da Agroecologia e da Produção Orgânica; e de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis da ONU.

Corroborando os achados de Coradini (2010), o material examinado desvela as funções de *representação* e de *intermediação* entre *grupos de interesses* e o espaço político (governo e parlamento), postulados pelas FPs. Que, da mesma maneira, arrogam-se a responsabilidade pela promoção de atividades de *expertise* – como colóquios, seminários, reuniões, audiências públicas etc.

De um modo amplo, as frentes são formalizadas com o suporte de enunciados vagos, que celebram o compromisso de “acompanhar”, “promover”, “discutir”, “apoiar”, “auxiliar”, “colaborar”, enfim, intermediar política e setorialmente a problemática que ampara a sua existência. Mesmo que eventualmente determinadas questões ou categorias genéricas sejam comuns no elenco de preocupações das FPs (como a do “desenvolvimento sustentável”), distinções sutis e pontuais transparecem na objetivação de suas finalidades. Por exemplo, predomina a prospecção de rendimentos econômicos e a diminuição de obstáculos/entraves (principalmente burocráticos) entre aquelas que contam com a preponderância dos arautos da “agropecuária”; enquanto a ênfase na garantia dos recursos naturais e na manutenção/conquista de direitos de grupos sociais ou “povos” ligados ao

mundo rural é premente nas FPs constituídas majoritariamente por parlamentares chamados de “ambientalistas”.

Na próxima seção esses enquadramentos gerais são explicitados nas tomadas de posição relativas a controvérsias envolvendo Projetos de Lei que tramitaram no Congresso Nacional. Por agora, arrolamos, no Box 3, excertos de objetivos que expressam alguns vieses de FPs:

Box 3: Excertos representativos dos “objetivos” de algumas FPs

FP DA AGROPECUÁRIA	<i>“Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomente a agricultura nacional”.</i>
FP DA MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL	<i>“Apoiar a diminuição da carga tributária, principalmente no que tangem aos royalties de mineração, a desburocratização de obstáculos ambientais, a livre iniciativa, o estímulo à qualificação profissional, o licenciamento ambiental”.</i>
FP PELA INOVAÇÃO NA BIOECONOMIA	<i>“...enraizamento dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis (...) para gerar inovação, produtividade, sustentabilidade e desenvolvimento econômico”.</i>
FP EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS SEDES DE USINAS HIDROELÉTRICAS E ALAGADOS	<i>“Discutir propostas e incentivos para aproveitamento dos lagos”.</i>
FP AMBIENTALISTA	<i>“Combater tentativas de se reduzir o rigor da legislação ambiental”.</i>
FP EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS	<i>“Apoiar as organizações e lideranças indígenas a contribuir na promoção dos direitos indígenas”.</i>
FP EM DEFESA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS COM PARTICIPAÇÃO POPULAR	<i>“Colaborar para a criação e adequação do marco legal para fortalecimentos dos povos e Comunidades Tradicionais”.</i>
FP PELO DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA	<i>“Regular a defesa (...) de produtos orgânicos”.</i>

**Fonte Atas de constituição das FPs disponíveis no portal da Câmara dos Deputados
(<https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>)**

Os ingredientes que interferem nas atrações entre dirigentes de FPs são patentes. Entretanto, eles não se referem somente a proximidades político-ideológicas indicadas pelas afiliações partidárias ou por presumidos cálculos instrumentais ou pragmáticos, mas correspondem contundentemente a predicados sociais, que impulsionam os indivíduos a se deslocarem para um ou outro dos respectivos polos.

Por meio do tratamento sociográfico de 105 parlamentares do Grupo 1, e de 53 do Grupo 2, constatamos como eles se aproximam de acordo com as suas profissões e formações. Sobre as ocupações (Quadro 3), de um lado, predominam empresários e, do outro lado, professores e funcionários públicos. Sobre a área de titulação (Quadro 4), os formados em engenharias tecnológicas e agrárias tendem a estar no Grupo 1; ao passo que os parlamentares que cursaram humanidades estão mais frequentemente no Grupo 2. Diplomados em Ciências Sociais Aplicadas estão bem representados nos dois polos.

Tableta 1 Profissão dos Parlamentares (Grupos 1 e 2)

Área Profissional	Grupo 1		Grupo 2	
	N.º	%	N.º	%
Empresarial	60	57,1	3,0	5,7
Magistério	4,0	3,8	15	28,3
Funcionalismo Público	13	12,4	13	24,5
Profissão Liberal	20	19	13	24,5
Cargos de Confiança/Assessoria	2,0	1,9	3,0	5,7
Agricultura	1,0	0,9	6,0	11,4
Comunicação	5,0	4,7	0,0	0,0
Total	105	100	53	100

Fonte: Elaborado pelos autores

Tableta 2 Área de formação dos Parlamentares (Grupos 1 e 2)

Área de Formação	Grupo 1		Grupo 2	
	N.º	%	N.º	%
Exatas e Tecnológicas	13	14,9	2,0	4,4
Agrárias	7,0	8,0	0,0	0,0
Humanas	3,0	3,4	15	33,3
Médicas	5,0	5,7	2,0	4,4
Sociais Aplicadas	59	67,8	26	57,7
Total (excluindo NSA e NI)	87	100	45	100

Fonte: Elaborado pelos autores

Mais especificamente, detivemo-nos em um conjunto de 20 agentes que protagonizaram os principais debates públicos sobre problemáticas atinentes à Amazônia nas duas últimas legislaturas do Congresso Nacional (56^a e 57^a) e por intermédio da inscrição em mais de uma FP.

Quadro 3 – Perfis Grupo 1

Parlamentar (Iniciais)	Partido (2023)	Área Profissional	Área Formação	Frentes Parlamentares
CHG	União Brasil	Empresarial	Administração de Empresas	Agropecuária, Regularização Fundiária
PL	PP	Empresarial	Comunicação Social	Agropecuária, Hidrelétricas
NV	PL	Empresarial	Direito	Agropecuária, Hidrelétricas
VJ	PP	Empresarial	Engenharia	Agropecuária, Mineração
LM	MDB	Empresarial	Engenharia	Agropecuária, Regularização Fundiária
NCJ	MDB	Empresarial	Administração de Empresas	Agropecuária, Regularização Fundiária, Hidrelétricas
ZV	PL	Empresarial	Agronomia	Agropecuária, Regularização Fundiária, Mineração
SS	MDB	Jurídica	Direito	Agropecuária, Hidrelétricas
AM	MDB	NI	NSA	Agropecuária, Mineração
AJ	Cidadania	NI	Engenharia	Agropecuária, Mineração, Bioeconomia
EVM	PP	NI	Administração de Empresas	Agropecuária, Mineração, Bioeconomia
ZS	Solidariedade	NI	Agronomia	Agropecuária, Regularização Fundiária, Mineração, Bioeconomia

Fonte: Elaborado pelos autores

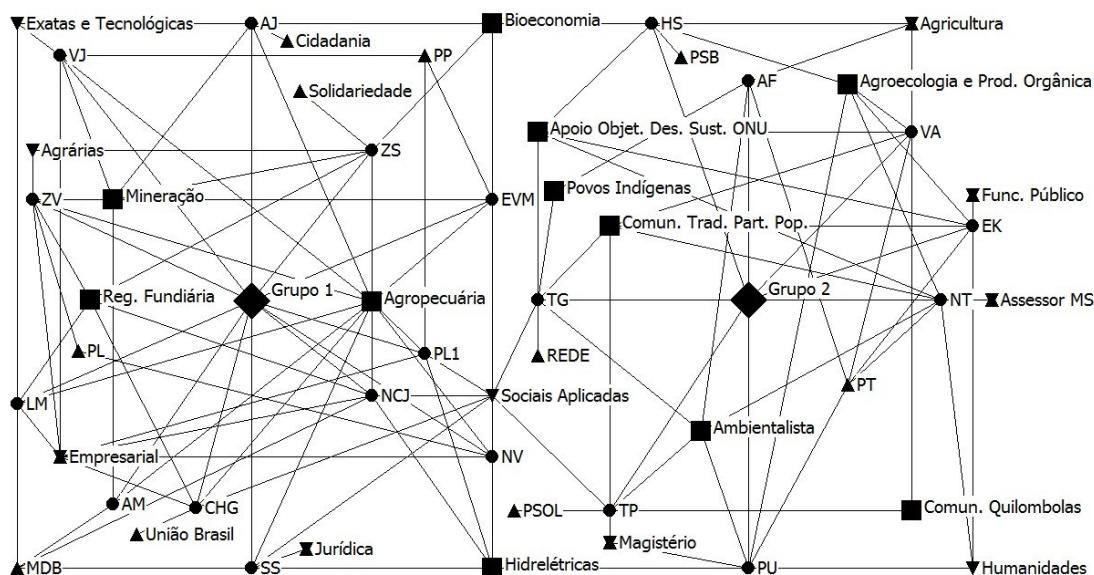
Quadro 4 - Perfis Grupo 2

Parlamentar (Iniciais)	Partido (2023)	Área Profissional	Área Formação	Frentes
AF	PT	Agricultura	NSA	Ambientalista, Povos Indígenas
VA	PT	Agricultura	NSA	Comunidades Tradicionais com Participação Popular, Comunidades Quilombolas, Agroecologia e Produção Orgânica, Apoio Objet. Des. Sust. ONU
HS	PSB	Agricultura	NSA	Agroecologia e Produção Orgânica, Apoio Objet. Des. Sust. ONU, Bioeconomia
TP	PSOL	Magistério	Serviço Social	Ambientalista, Comunidades Tradicionais com Participação Popular, Comunidades Quilombolas
PU	PT	Magistério	Estudos Sociais Teologia	Ambientalista, Agroecologia e Produção Orgânica, Hidrelétricas.
EK	PT	Funcionalismo o Público	Psicologia	Apoio Objet. Des. Sust. ONU, Comunidades Tradicionais com Participação Popular, Agroecologia e Produção Orgânica
NT	PT	Assessor MS	Estudos Sociais	Ambientalista, Apoio Objet. Des. Sust. ONU, Comunidades Tradicionais com Participação Popular, Agroecologia e Produção Orgânica
TG	Rede	NI	Direito	Ambientalista, Apoio Objet. Des. Sust. ONU, Comunidades Tradicionais com Participação Popular, Povos Indígenas

Fonte: Elaborado pelos autores

O Grafo 1 possibilita visualizar com maior nitidez essas tendências, ligando parlamentares (círculos com iniciais do nome) às FPs (quadrados), aos partidos (triângulos para cima), às formações (triângulos para baixo) e às ocupações (triângulos sobrepostos).

Grafo 1 – Distribuição dos Parlamentares por partidos, FPs, formações e profissões



Fonte: Elaborado pelos autores

A análise desse universo iluminou uma configuração de lutas na qual os combatentes e seus combates espelham uma forte correspondência entre posição social (profissão e formação), posição ideológica (partidos) e tomada de posição (engajamentos em frentes) sobre temas ambientais. Contudo, para além dos atributos que confirmam as diferenciações entre lados antagônicos, o debate sobre a Amazônia e as questões ambientais traz à tona outros traços menos excludentes e mais ambivalentes. Justamente por isso, quando nos concentrarmos neles, conseguimos averiguar equivalências maleáveis e lógicas dinâmicas de atribuição de significados. Esse é o caso das aproximações e posicionamentos estabelecidos em torno de temas gerais, como a “Defesa da Amazônia” (com FP encabeçada por parlamentares do União Brasil e do PDT nas duas últimas legislaturas); ou de temas específicos, como a “agricultura familiar” (representada em três FPs por deputados de partidos com posições variadas no espectro ideológico) e a “exploração do petróleo” (duas FPs foram criadas em defesa a esse empreendimento econômico: uma coordenada por parlamentares do União Brasil e do PC do B, a outra por parlamentares do PL e do PT)²³.

²³ Como já havíamos antecipado, as desavenças em torno da “exploração do petróleo” na Margem Equatorial (que inclui a Foz do Rio Amazonas) têm mobilizado dirigentes políticos e a opinião pública interessada em definir seus efeitos benéficos ou maléficos. As estratégias de justificação desse empreendimento econômico combinam motivos de natureza regional (desenvolvimento de áreas territoriais empobrecidas), econômicos (*royalties*) e social (empregos).

Quadro 5 – FPs de vieses aparentemente “antagônicos”

FRENTES PARLAMENTARES	REPRESENTANTES	PARTIDO
EM DEFESA DA AMAZÔNIA	Delegado Pablo Professora Goreth	União Brasil PDT
MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR	Heitor Schuch	PSB
MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR	Marreca Filho	PRD
MISTA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR	Bia Kicis	PL
MISTA EM DEFESA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL DO BRASIL	Pedro Lucas Fernandes Marcio Jerry	União Brasil PCdoB
EM APOIO AO PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA	General Pazuello Washington Quaquá	PL PT

Fonte: elaborado pelos autores

2. Dinâmicas legiferantes como mobiles de disputas em duas configurações de lutas

Ao longo da 56.^a legislatura no Congresso Nacional, as discussões sobre alguns Projetos de Lei (PLs) e Medidas Provisórias (MPs) animaram os porta-vozes das principais FPs referidas neste texto. Selecionamos no Quadro 8 alguns exemplos representativos daqueles que interpelaram os parlamentares e patentearam visões contrastantes.

Quadro 6 Propostas Legiferantes Controversas na 56.^a Legislatura

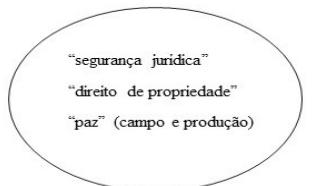
Propostas Legiferantes	Ementa
Medida Provisória 867/2018	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental .
Projeto de Lei 3729/2004	Dispõe sobre o <u>licenciamento ambiental</u> ; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.
Medida Provisória 910/19	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a <u>regularização fundiária</u> das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
Projeto de Lei 2633/2020	Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da <u>regularização fundiária</u> ; e dá outras providências.
Projeto de Lei 510/2021	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da <u>regularização fundiária</u> e dar outras providências.
Projeto de Lei 490/2007	Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas ; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
Projeto de Lei 2159/2021	Dispõe sobre o <u>licenciamento ambiental</u> ; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.
Projeto de Lei 1459/2022	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.
Projeto de Lei 1282/2019	Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012. Altera o Código Florestal para permitir nas áreas de preservação permanente dos imóveis rurais, a construção de reservatórios d'água para projetos de irrigação e a infraestrutura física a ele associado.
Projeto de Lei 686/2022	Estimula a <u>regeneração e o plantio de florestas e espécies nativas na propriedade rural</u> .
Projeto de Lei 2374/2020	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a <u>proteção da vegetação nativa</u> , para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.
Projeto de Lei 1293/2021	Dispõe sobre os programas de <u>autocontrole</u> dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário (...).
Projeto de Lei 191/2020	Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a <u>realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas</u> e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

Fonte: Elaborado pelos autores

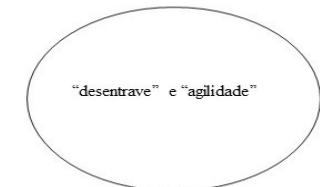
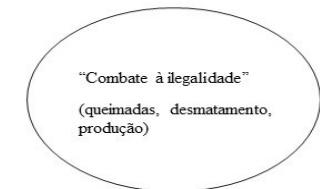
A apresentação ou redefinição de alguns desses Projetos segue na pauta de debates entusiasmados. Podemos destacar os PLs 510, PLs 2159 e 490, que tratam dos temas da “regularização fundiária”, do “licenciamento ambiental” e do “marco temporal”, respectivamente. No primeiro, de um lado, os posicionamentos ressaltaram a defesa da necessidade de “garantia jurídica” ao “produtor”; e, do outro lado, como contraponto, esses argumentos foram classificados como parte das estratégias de “regularização da grilagem”. No que diz respeito à questão do “licenciamento ambiental”, enquanto para alguns seria a oportunidade de “desburocratização” e “desentranve” à produção; para outros implica em “retrocesso” e tratamento de “boiada” (em referência ao célebre pronunciamento do ex-ministro do meio ambiente “bolsonarista” citado no início²⁴). Por fim, no que toca ao terceiro tema (“marco temporal”), a “segurança jurídica” reivindicada por “agropecuaristas” é tida como sinônimo de perda de “direitos constitucionais” por parte dos “povos indígenas” para os “ambientalistas”.

Desenho 1 Soluções antagônicas

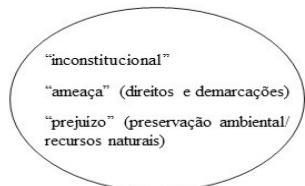
GRUPO 1 (“AGROPECUARISTAS”)



“Marco Temporal”



GRUPO 2 (“AMBIENTALISTAS”)



“Regularização Fundiária”



“Licenciamento Ambiental”

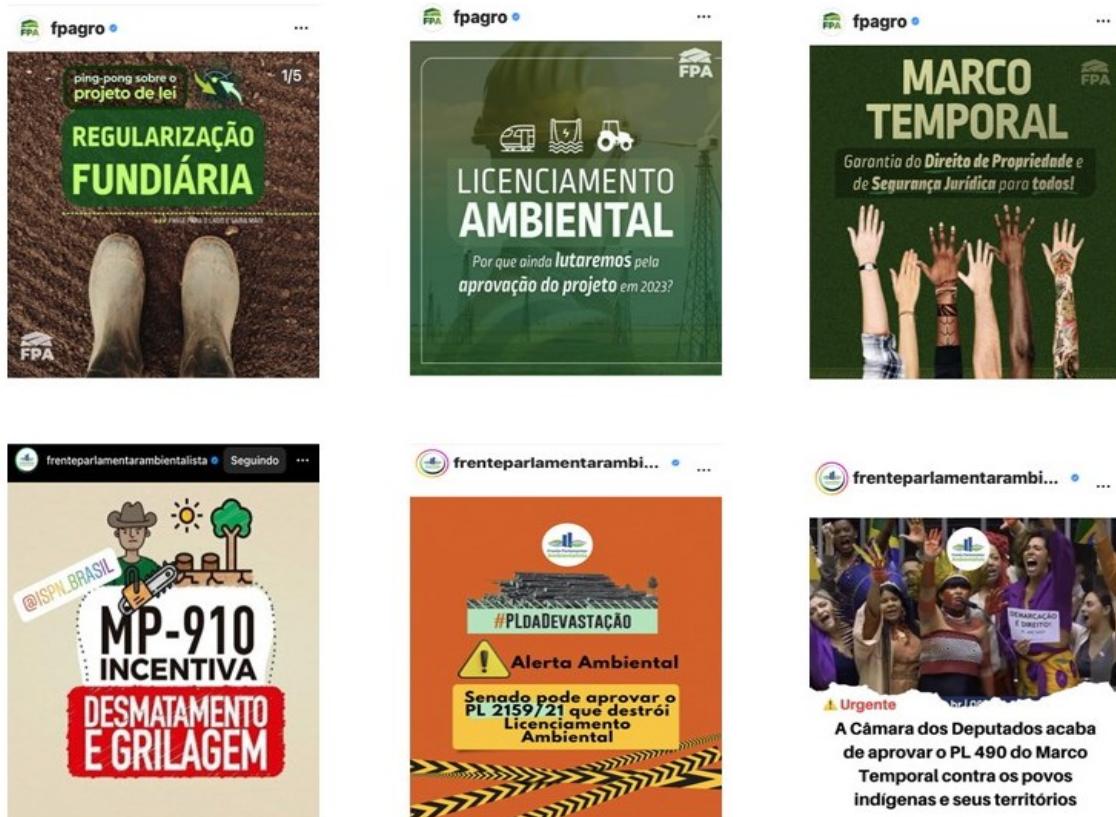


Fonte: Elaborado pelos autores

Os cards publicados nas contas de *Instagram* das duas principais FPs, que protagonizam as controvérsias ora tratadas, são elucidativos das estratégias de associação, identificação e justificação mobilizadas nas elaborações erguidas nos entrelaçamentos das tramas interdependentes que delineiam a configuração de luta aqui examinada.

²⁴ Ver Reunião Ministerial (2020).

Imagens 1: Cards de divulgação das causas



Fonte: Instagram da FPA e da FPAMB

Como podemos atentar, os enquadramentos dos “agropecuaristas” associam os problemas de “regularização fundiária”, “licenciamento ambiental” e “marco temporal” a interesses dos pequenos agricultores e dos demais grupos envolvidos. Assim, tentam desvincular a pauta da figura do “grande proprietário”, e criar equivalências em torno do “direito à propriedade” e à “produção”. Ao passo que os “ambientalistas” associam a legislação (que abrange as questões ambientais e que envolvem os grupos etnicamente demarcados) a “conquistas” preventivas a invasões de florestas, de terras públicas e de territórios de povos indígenas, inibidoras do desmatamento e da exploração dos recursos naturais de forma predatória e motivadas apenas por “interesses econômicos”. Por consequência, para esses, as instâncias estatais são percebidas como tuteladores das riquezas (econômicas e culturais) coletivas, ao passo que para seus adversários elas são consideradas muito mais como “entraves” à produção.

Desta forma, em ambos os polos se tem a ativação da tutela jurídica. Na primeira perspectiva, a “segurança jurídica” é vista como garantidora da produção e do produtor. Enquanto na segunda, os “direitos constitucionais” se impõe como pilares garantidores de bens naturais e culturais.

Considerações finais

Com base em material empírico e bibliográfico mais amplo, alguns achados relativos ao universo explorado podem ser sistematizados.

Por um lado, reforçamos alguns apontamentos sobre o quanto o domínio parlamentar²⁵ parece ser relativamente menos aderente à problemática ambiental legitimada nas últimas décadas²⁶. E esse aspecto fica ainda mais acentuado quando comparamos as disposições e disponibilidades à *doxa ambientalista* em domínios acadêmicos, intelectuais, midiáticos e mesmo empresariais, como mostramos em outro trabalho.

Por outro lado, destacamos a resiliência das cisões fundantes entre visões ou interesses compatíveis aos agentes ligados ao “agronegócio” e ao “ambientalismo”. Nota-se a relativa frustração das expectativas da coalizão construída em torno do presidente Lula para superar a minoria com que contava no parlamento quando da sua eleição (alternância das forças políticas no executivo e “cooptação” de parlamentares situados ao centro: o denominado “centrão”). Particularmente, evidencia-se a grande dificuldade do governo e de seus “apoiadores históricos” de liderarem o debate ambiental e atraírem aliados de outros campos para os seus projetos. Como corolário, comprehende-se as razões (que vão além da quantidade de parlamentares por bancadas partidárias) do lugar propositivo das lideranças do polo “agropecuarista” em matérias legiferantes sobre questões ambientais, e a posição meramente reativa (de resistência) dos porta-vozes do meio ambiente, no Congresso.

Indicamos, ainda, que essa matriz de oposições vigente nos domínios políticos não exclui a possibilidade de *lutas palacianas* no âmbito dos governos. As clivagens podem ser erigidas nas injunções externas (pressão de grupos econômicos nacionais e internacionais, de potências estrangeiras, de lógicas de mercados de bens econômicos e simbólicos e da denominada opinião pública dentro e fora do país). E podem decorrer das bases econômicas e políticas dos agentes envolvidos nos contenciosos; quer dizer, não apenas a vinculação com os domínios empresariais, de um lado, ou com movimentos sociais e sindicais, de outro, mas sua conexão com determinados segmentos dos agropecuaristas (mais ou menos internacionalizado), no polo da “direita”; ou com causas sociais (emprego, por exemplo) ou ambientais, no polo da “esquerda”.

E, para finalizar, cabe indicar, sinteticamente, três elementos significativos evidenciados nesta reflexão, e que podem se constituir como diretrizes ou dimensões pertinentes a outros estudos, dedicados ao mesmo ou semelhante universo empírico ou analítico de pesquisa. Em primeiro lugar, realçamos a importância de desenhar a teia de alianças provisória entre lideranças políticas e sociais envolvidas nos embates examinados. Em segundo lugar, discernir e esquadrinhar a tenacidade de certas clivagens nas cercanias da política institucional, pois há divisões que se mantêm robustas,

²⁵ Consultar Pompéia (2023).

²⁶ Ver Leite Lopes (2006).

inclusive, vis-à-vis às amplas coalizões partidárias, heterogêneas do ponto de vista ideológico, formadas com vistas à “governabilidade”. E, a despeito disso, em terceiro lugar, detectar a existência de significativas subdivisões em um mesmo segmento político-partidário, pois elas revelam o alto grau de viscosidade dos (des) acertos que instigam os temas em tela.

CRediT-Taxonomía

Igor Gastal Grill: Administração do projeto; aquisição de fundos; análise formal; conceitualização; curadoria de dados; escritura - revisão e edição; investigação; metodologia; recursos; redação; supervisão; validação; visualização.

Eliana Tavares dos Reis: Administração do projeto; aquisição de fundos; análise formal; conceitualização; curadoria de dados; escritura - revisão e edição; investigação; metodologia; recursos; redação; supervisão; validação; visualização.

Referencias:

- Almeida, A. W. B.; Sprandel, M.A. (2014). *O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia*. Manaus: UEA Edições.
- De Araújo, S. M. V. G. de. (2020) Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-20.
- Badie, B. & Hermet, G. (1993). Las dinâmicas huérfanas. In: BADIE, B.; HERMET, G. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 180-212.
- Bruno, R. (2021). Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, p. 461-502.
- Bruno, R. (2017). Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. En: MALUF, R.; FLEXOR, G. (Org.). *Questões Agrarias, Agrícolas e Rurais. Conjuntura e Políticas Públicas*. 1ed.Rio de Janeiro: e-papers Ed. LTDA, v. 1, p. 01-326.
- Bourdieu, P. (2015). *Sociologie générale*. V1. Paris: Raisons d'agir.
- Carvalho, J. (2022). Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (2011–2021). *Boletim Informativo Bibliográfico (BIB)*.
- Cascione, S.; Araújo, S. M. V. G. (2019). Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, p. 1-23.
- Coradini, O. L. (2010). Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256.
- Dobry, M. (2014). *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

- Elias, N. (1994). *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Grill, I. & Reis, E. (2021). Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos e representação de interesses no debate político recente. *Estudos de sociologia*. V.26, n.º 50.
- Grill, I. G. & Reis, E. T. (2018). Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil. *Revista Tomo*, São Cristóvão-SE, n. 32, p. 163-210
- Grill, I. G & Reis, E. T. (2016). *Elites políticas e a dupla arte de representar: intersecções entre política e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Leite Lopes, J.S. (2006) Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. N.º 25.
- Silva Lima, M. (2018). A Elite ruralista no parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 38(2), 58–72. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.10>
- Neveu, E. (2015). *Sociologie des problèmes publics*. Paris: Armand Colin.
- Offerlé, M. (1998). *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien.
- Pompeia, C. (2023). As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. *Nuevo mundo-mundos nuevos*, v. 1, p. 1.
- Pompeia, C. (2020). Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 35, n. 104: 1-17. DOI 10.1590/3510410/2020.
- Reis, E. T. (2015). *Trajetórias, Espaços e Repertórios de Intervenção Política*. Porto Alegre: Zouk Editora.
- Reis, E. T. & Grill, I. G. (2023). Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l’État du Maranhão, *Brésil(s)*, vol. 24. DOI: <https://doi.org/10.4000/bresils.16438>
- Reis, E. T. & Grill, I. G. (2025). Representaciones sobre la Amazonía: perfiles parlamentarios y yuxtaposiciones entre “política” y “cultura”. *Revista de Ciencias Sociales*, 38 (56), 1-21.
- Reunião Ministerial (2020). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravacao-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril.htm>. Acesso em: 05 ago.
- Sevá, J. T.; Bruno, R. Â. L. & Carneiro, O. B. (2014). ‘A mão que planta é a mesma que preserva’. Conflitos ambientais, desenvolvimento e meio ambiente na representação política patronal rural e do agronegócio no Congresso Nacional (2011-2014). In: *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu/MG.

Anexo

Quadro: Partidos e Número de Cadeiras na Câmara dos Deputados

Partido	Sigla	N.º Cadeiras Câmara
Partido Liberal	PL	92
Partido dos Trabalhadores	PT	68
UNIÃO BRASIL	UNIÃO	59
Progressistas	PP	50
REPUBLICANOS	REPUBLICANOS	44
Movimento Democrático Brasileiro	MDB	44
Partido Social Democrático	PSD	44
Partido Democrático Trabalhista	PDT	18
Podemos	PODE	15
Partido Socialista Brasileiro	PSB	14
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL	13
Partido da Social-Democracia Brasileira	PSDB	13
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	7
AVANTE	AVANTE	7
Cidadania	Cidadania	5
Partido Verde	PV	5
SOLIDARIEDADE	SOLIDARIEDADE	5
Partido Renovação Democrática	PRD	5
Partido Novo	NOVO	4
REDE	REDE	1

Elaborado pelos autores, com base em informações dos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (consultados em 04 de setembro de 2024)